



Anais da Assembléia

Nº 142

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 22 DE NOVENO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 105.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE NOVENO DE 1990
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Luciano Pizzatto.

As quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Tadeu Lúcio Machado, Pirajá Ferreira, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Alves, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luciano Pizzatto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (39). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Werner Wanderer, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, Ferrari Júnior, Homero Oguido, José Felinto, Lindolfo Júnior, Mário Pereira, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa e Pedro Tonelli (15).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

20 Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação a Ata. Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

Curitiba, 22 de novembro de 1990.
Ofício nº 83/90 K GS-GP
Senhor Presidente.

Tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para apreciação, o incluso anteprojeto de lei que altera Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça e adota outras providências e solicito a restituição Em Of. nº 80/90.

Valho-me do ensejo para renovar a Vossa Excelência minhas expressões de estima e consideração.

(a) ABRAHÃO MIGUEL
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado ANIBAL KHURY
Digníssimo Presidente da
Augusta Assembléia Legislativa
NESTA CAPITAL

ANTEPROJETO DE LEI Nº 582/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A.

Art. 1º - Ficam criados no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, passando a integrar, respectivamente, as Tabelas II e III do Anexo I, da Lei nº 8.672, de 21 de dezembro de 1987, os seguintes cargos:

I - de provimento em comissão:

a) um (01) cargo de Supervisor do Centro de Documentação da Secretaria do Tribunal de Justiça, símbolo DAS-4;

b) um (01) cargo de Assistente Técnico do Centro de Documentação da Secretaria do Tribunal de Justiça, símbolo DAS-5;

c) um (01) cargo de Chefe do ~~Centro~~

nial, símbolo DAS-5;

II - de provimento efetivo:

- a) três (03) cargos de Psicólogo, referência PJ-I, nível 2;
- b) cinco (05) cargos de Assistente Social, referência PJ-I, nível 3;
- c) cinco (05) cargos de Bibliotecário, referência PJ-I, nível 3.

Parágrafo Único - O cargo de provimento em comissão de Supervisor do Centro de Documentação da Secretaria do Tribunal de Justiça, símbolo DAS-4, é privativo de ocupante de cargo de provimento efetivo de Bibliotecário, do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Tribunal de Justiça.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA:

O presente anteprojeto de lei tem por objetivo a criação de novos cargos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, para adequar o seu corpo funcional às alterações que foram efetivadas na sua estrutura, como também para atender necessidades prementes do Poder Judiciário na área de menores.

Assim, a criação de 05 (cinco) novos cargos de Bibliotecário, de provimento efetivo, em nível inicial de carreira, bem como do cargo de provimento em comissão de Supervisor do Centro de Documentação e Informática da Secretaria do Tribunal de Justiça, símbolo DAS-4, virá atender às necessidades do serviço do Centro de Documentação e Informática que absorveu as atividades até então desenvolvidas pela Divisão de Documentação e Informática e teve ampliada sua área de atuação, sempre voltada para o aperfeiçoamento do serviço que presta, de molde a oferecer aos seus usuários condições de perfeito atendimento.

No que diz respeito à criação do cargo de provimento em comissão de Chefe do Cerimonial, símbolo DAS-5, virá atender à crescente demanda daquele setor, encarregado da supervisão e coordenação das providências relacionadas com observância do cerimonial.

Ainda no sentido de aperfeiçoamento da máquina administrativa, a criação de 03 (três) cargos de Psicólogo e de 05 (cinco) de Assistente Social, todos de provimento efetivo, em nível inicial de carreira, virá propiciar melhor atendimento na área específica do Juizado de Menores, hoje asoborçado com grande volume de matéria atinente a menores infratores e abandonados, mormente em face do recente Estatuto da Criança e do Adolescente.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 574/90, que altera dispositivos da Lei n° 8.925, de 28.12.88 (I.P.V.A.), com a inclusão na Ordem do Dia da Sessão Plenária da próxima segunda-feira, dia 26 de novembro, com a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para a emissão de parecer sobre a matéria.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a concessão de Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 533/90, sua inclusão na Ordem do Dia da Sessão Plenária da próxima segunda-feira, dia 26 de novembro, com a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para a emissão de parecer sobre a matéria.

OBS: O Projeto de Lei n° 533/90, solicita autorização para abertura de crédito adicional, a fim de atender despesas com a segurança pública.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 2638

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação para o Projeto de Lei n° 565/90, que altera dispositivos do Código da Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 2643

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pela Resolução n° 112/86 após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa de discussão e votação da Redação Final, para os projetos aprovados em 3. discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de suas tramitações.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja incluído na Ordem do Dia em Regime de Urgência, e apreciado pela Comissão Geral, o Projeto de Lei n° 570/90, que estadualiza a Fundação Faculdade de Filosofia de Paranavai.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2634

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, de acordo com o Artigo 35 do Regimento Interno, para apreciar na Sessão ordinária do dia 26 do mês corrente, o Projeto de Lei n° 198/90, que objetiva proceder o enquadramento da categoria dos Engenheiros e Arquitetos na sistemática da Lei n° 7.424 de 17.12.80.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

REQUERIMENTO N° 2635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 519/90, altera a redação do memorial dos limites e confrontações do Município de Flor da Serra, constantes do art. 1° da Lei 9.300 de 18.06.90.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 2636

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 506/90. Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de São Jorge D'Oeste-Pr.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 2637

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais e com fundamento no disposto pelo artigo 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a CONSTITUIÇÃO DA ASSEMBLÉIA EM COMISSÃO GERAL DE PLENÁRIO, para a próxima sessão, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 574/90, altera os dispositivos da Lei 8.925, de 28 de dezembro de 1.988, referente ao imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO N° 2619

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas parlamentares, REQUER que seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, voto de pesar à família do advogado Milton de Oliveira Condessa, pelo seu falecimento, um dos mais atuantes e conhecidos advogados do Fórum de Curitiba.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O advogado Milton de Oliveira Condessa, era filho de Eugênio de Oliveira Condessa e Sra. Ondina de Oliveira Condessa, nascido em Paranaguá, diplomou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Militava no Magistério Superior, sendo professor da Faculdade de Ciências Econômicas. Escritor e poeta, deixou um livro de poesias denominado "Primavera em Flor", editado em 1.988, além disso, deixou também uma obra inédita, cuja publicação estava sendo providenciada. Exerceu a Promotoria Pública do Estado de Santa Catarina, e, posteriormente, passou a exercer o cargo de Procurador Federal junto ao IAPI, atual INANPS, do qual se aposentou. Pertencia a Academia de Letras José de Alencar e ao Centro de Letras do Paraná.

REQUERIMENTO N° 2642

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. RIVADALVO DE CARVALHO, ocorrido no dia 21 do mês em Curitiba, nesta Capital.

Da decisão da Casa, pede-se seja dada ciência à família enlutada à Rua João Bonn, n° 85 nesta Capital.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

O extinto era funcionário aposentado do Tribunal de Justiça do Paraná, e seu trágico desaparecimento, vem deixar uma grande lacuna, não só no seio de sua fami-

lia, mas também junto aos seus colegas que por tantos anos com ele conviveram.

REQUERIMENTO N° 2620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja inserido nos anais da sessão de hoje, um Voto de Congratulações pela inauguração do Catuaí - Shopping Center Londrina, realização que atesta a capacidade empreendedora da gente norte-paranaense e a confiança na retomada do desenvolvimento do Brasil e do Paraná.

Em especial, solicita que a manifestação desta Casa seja expressada aos ilustres incorporadores do gigantesco projeto - Diretoria da Construtora Khoury Ltda, Previ União e Brasilight, pelo arrojo de sua iniciativa e firmeza de seus esforços na arrancada para a modernização dos processos de comercialização de varejo que guardam relação com a nova modernidade brasileira.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 2625

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 23.11.90, de mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA do município de São Jorge do Oeste.

Sala das Sessões, em 22.11.90

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Até o ano de 1960, São Jorge do Oeste pertencia ao Município de Chopinzinho. Ao emancipar-se a área para formação do município de São João, foi incluído na separação, elevado a distrito e passando a gestionar politicamente, até 24 de junho de 1963, quando pela lei n° 4.730 foi elevado a Município. Produção agrícola e pecuária de muito bom nível, São Jorge do Oeste tem mantido índices de participação econômica relevantes na Região e no Estado, destacando-se na participação do recolhimento do ICMS, especialmente na área dos produtos primários. Justifica-se, pois, a homenagem a São Jorge do Oeste ora proposta para a qual rogamos a aprovação unânime dos prezados Pares deste Parlamento.

REQUERIMENTO N° 2626

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso, dia 27.11.90, de mais um aniversário de

EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA do município de Pérola do Oeste.

Sala das Sessões, em 20.11.90

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado de Capanema, o município de Pérola do Oeste tem lutando com grandes dificuldades para manter sua estabilidade econômica e seus índices de produtividade. Localizado numa área de grande concorrência tributária, sua participação nos índices de ICMS e outros tributos tem merecido reconhecimento e justificado respeito à sua laboriosa população. À homenagem ora proposta, pelo transcurso de mais um aniversário de emancipação política e administrativa, esperamos contar com o apoio unânime dos nobres Pares deste Legislativo.

REQUERIMENTO N° 2627

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso, dia 25.11.90, de mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA do município de Marmeleiro.

Sala das Sessões, em 20.11.90

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Pela localização privilegiada e pela excelente qualidade de suas terras, a antiga Vila de Marmeleiro, então pertencente ao Município de Francisco Beltrão foi elevada a Município - pela lei n° 4.245, em 25 de julho de 1960, recebendo a sua área e outra parte, mais ao sul, do município de Clevelândia, assumindo a responsabilidade administrativa da extensa área de 484 Km² toda agricultada com milho, feijão, arroz e trigo, além de se destacar na suinocultura e no gado bovino destinado a corte. O município de Marmeleiro, não obstante a proximidade do de Francisco Beltrão, tem mantido seus bons índices de arrecadação tributária, colocando-se no bloco intermediário do Sudoeste paranaense. Ao povo de Marmeleiro, pela coragem com que enfrenta seus desafios, prestamos a nossa homenagem pela emancipação administrativa e política, plenamente justificada à qual desejamos associar o Legislativo Paranaense por seus nobres Integran-tes.

REQUERIMENTO N° 2628

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso, dia 28.11.90, de mais um aniversário de EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA do

município de Ampere.

Sala das Sessões, em 20.11.90

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Ao completar seus 29 anos de emancipação política e administrativa, o município de Ampere apresenta um resultado de alto e relevante significado. Destaca-se, na agricultura, pela alta produtividade de suas lavouras de trigo, além de feijão, milho, arroz e soja, esta das mais extensas da Região; outro destaque é a notável produção de suínos e bovinos de corte. Ampere tem demonstrado essa sua situação emancipada, pela participação na economia regional.

Justifica-se, pois a homenagem ora proposta para a qual rogamos o apoio unânime dos prezados Pares deste Parlamento.

REQUERIMENTO N° 2629

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações pelo transcurso, dia 28.11.90, de mais um aniversário de **EMANCIPAÇÃO POLÍTICO - ADMINISTRATIVA** do município de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 20.11.90

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Desde sua emancipação, ocorrida em 1960 através da lei n° 4.245, de 27 de julho daquele ano, Dois Vizinhos revelou-se com uma magnífica vocação de grandeza, assumindo desde logo uma posição de vanguarda no Sudoeste e se destacando dos demais por sua produção e elevada produtividade agrícola e pecuária. Conquistou, em anos mais recentes, destacada posição na produção de frangos de corte, com índices notáveis em todo o Sul do País. Orgulha-se o Povo duovizinhense do elevado conceito que conquistou por seu notável trabalho que justifica plenamente a homenagem ora proposta e na qual desejamos associar os Ilustres Parlamentares desta Assembléia com o seu inestimável apoio unânime.

REQUERIMENTO N° 2630

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 29.11.90, de mais um aniversário de **Emancipação Político-Administrativa** do Município de Renascença.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

A história política do município de Renascença teve seus primeiros registros nos idos de 1951, quando a Vila de Vargem

Bonita foi elevada a Distrito de Clevelândia e nessa categoria passando para o recém-criado Município de Pato Branco, do qual se desmembrou, finalmente, em julho de 1960 pela lei n° 4.245. Destaca-se a sua agricultura, especialmente pelas extensas lavouras de soja, secundada pelas de feijão, milho e arroz, além de mandioca, alfafa e árvores frutíferas. Pela dedicação ao trabalho e pela coragem com que tem se conduzido na administração dos seus interesses, o povo, os políticos e a Administração de Renascença merecem o crédito da homenagem ora proposta para a qual rogamos o apoio unânime dos nobres Parlamentares desta Augusta Casa.

REQUERIMENTO N° 2631

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 29.11.90, de mais um aniversário de **Emancipação Político-Administrativa** do Município de Santa Izabel do Oeste.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Registra-se na história do Município de Santa Izabel do Oeste o nome do pioneiro João Ribeiro Cordeiro que terá sido seu primeiro morador já em 1950.

Com a denominação de Santa Izabel essa localidade foi elevada a distrito de Ampere, em 05 de maio de 1962, pela Lei Estadual n° 18, e pouco mais de um ano depois, pela Lei n° 4788, de 29 de novembro, elevado a Município.

Ao encaminharmos esta homenagem ao povo de Santa Izabel do Oeste, rogamos o apoio unânime dos Ilustres Componentes desta Assembléia Legislativa e sua participação na elevada consideração merecida pela população e pelas autoridades daquele município.

REQUERIMENTO N° 2632

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de Congratulações pelo transcurso, dia 29.11.90, de mais um aniversário de **Emancipação Político-Administrativa** do Município de Vitorino.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O município de Vitorino recebeu esse nome em homenagem ao índio que habitava a cabeceira do rio que lhe emprestou o nome. Já em 1951 era elevado a distrito de Clevelândia e em 1960, a 25 de julho, pela Lei n° 4.245, à categoria de Município.

instalado a 29 de novembro de 1961.

Há 29 anos o corajoso povo de Vitorino luta bravamente para manter o merecimento da emancipação, produzindo soja, milho, feijão, arroz, mandioca e estendendo sua produção para a pecuária de suínos e de gado de corte, além de caprinos, ovinos e aves de corte.

Justifica-se a homenagem ora proposta, na qual desejamos associar o Legislativo paranaense com o voto unânime dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 2618

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER À MESA, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Governador do Estado do Paraná, bem como ao Secretário de Estado da Administração, solicitando providências no sentido de que envie a esta Casa projeto de lei de enquadramento dos funcionários estáveis do Governo do Estado do Paraná, nos termos do art. 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal vigente, e do art. 233 e parágrafo único, da Constituição Estadual, conforme justifica em anexo.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) JOSÉ ALVES

JUSTIFICATIVA:

A Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, diz o seguinte:

Art. 19 - "Os servidores públicos civis da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição, são considerados estáveis no serviço público".

§ 1º - "O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo será contado como título quando se submeterem a concurso para fins de efetivação, na forma da lei".

§ 2º(omissis).....

§ 3º(omissis).....

Já a Constituição Estadual, com referência aos servidores públicos estáveis, determina:

Art. 233 - "Os servidores públicos civis estáveis, da administração direta, autárquica, e das fundações públicas estaduais, serão regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, a partir da promulgação desta Constituição".

Parágrafo Único - "Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, para o cumprimento do disposto neste Artigo, farão a devida adequação em seus quadros funcio-

nais".

Estabelece a Carta Magna, no art. 19, e § 1º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, três fatos jurídicos:

a) são servidores públicos civis estáveis no serviço público estadual, os que tenham, pelo menos, cinco anos continuados de serviço público e que tenham estado em exercício no dia 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal;

b) deve haver um concurso para fins de efetivação dos servidores estáveis, dentro dos quadros específicos da Administração Pública Estadual, ocasião em que o tempo desses servidores será contado como título (§ 1º, do art. 19);

c) deve haver uma lei complementar que trate da situação jurídica desses servidores estáveis ("... na forma da lei" - § 1º, do art. 19).

A Carta Estadual preocupou-se em dar um alinhamento melhor a situação jurídica dos servidores estáveis, quando determinou que:

a) os servidores públicos civis estáveis seriam regidos pelo Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, a partir da promulgação daquela Constituição, em 05 de outubro de 1989. (art. 233 da Constituição Estadual).

b) cada Poder faria a devida adequação, em seus quadros funcionais, dos serviços estáveis. (Parágrafo Único do art. 233).

Entretanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, já se passaram dois anos da promulgação da Constituição Federal, já se passou um ano da promulgação da Constituição Estadual e nada, ou quase nada se fez para solucionar a situação dos servidores estáveis da Administração Pública do Estado do Paraná.

Nem tampouco se verificou qualquer proposta, no mesmo sentido, passando por esta Casa de Leis, com relação aos funcionários estáveis do Poder Legislativo ou do Poder Judiciário.

A Lei 6.174, de 16.11.70, que é o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, não tem sido aplicada aos servidores estáveis, mesmo porque não há lei específica que defina a situação da própria estabilidade dos servidores em apreço.

No Estado do Paraná, a estabilidade constitucional, por ironia e omissão das autoridades responsáveis, torna-se uma instabilidade para os servidores que são estáveis. Falta a lei regulamentando a estabilidade.

Nem se tem notícia, muito menos ainda, de concurso de enquadramento dos estáveis, a despeito dos outros concursos públicos, anunciados pela Administração Pública Es-

tadual.

Recentemente, porém, esta Casa votou e aprovou a Lei nº 9.422, sancionada pelo Governo do Estado em 05.11.90, criando a carreira especial de Advogado do Estado do Paraná.

Tal lei, em seu art. 12, regulamenta o "enquadramento na Carreira, dos servidores estáveis (grifou-se) do emprego público de Advogados e detentores de cargos de Assistentes Jurídicos". (Art. 12, da Lei nº 9422/90).

Aí está um precedente jurídico!

E os demais servidores públicos estáveis do Governo do Estado do Paraná, onde ficaram?

Será que as prerrogativas constitucionais só se aplicam aos que lidam com leis?

Ou será porque estes, no manuseio da legislação, podem pressionar o Governo?

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza..." é o que diz a Lei Maior, em seu art. 5º.

Mas, ao discriminar funcionários estáveis, o Governo do Estado do Paraná não está cumprindo esse preceito constitucional.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Tentando corrigir e alertar sobre essa injustiça que se vem cometendo contra a maioria dos funcionários estáveis do Poder Executivo do Estado, é que apresento o presente requerimento, a fim de que o Governo do Estado do Paraná, através de suas autoridades constituídas, tome providências para resolver a situação jurídica dos demais funcionários estáveis do Estado.

REQUERIMENTO Nº 2641

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de Expediente Oficial do Poder Legislativo ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, IBRAHIM ERIS, solicitando maiores justificativas e esclarecimentos sobre os itens 3.8.d e 4 do Voto BACEN 160/90 (DIFIS/90/012) que trata do conceito de dualidade dos Bancos de Desenvolvimento nos três Estados da Região Sul.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A importância do pedido reside no fato de que esta definição é fundamental para um posicionamento desta Casa em relação ao Anteprojeto enviado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Paraná, à Assembleia Legislativa propondo a retirada do nosso Estado do convênio BRDE/CODESUL.

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 156/90

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - O Governador do Estado, no exercício financeiro de 1991, perceberá a remuneração igual aos vencimentos do Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Parágrafo Único - O Vice-Governador do Estado perceberá remuneração igual aos vencimentos do Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 157/90

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Os Deputados da Assembleia Legislativa do Estado, perceberão, na legislatura a iniciar-se em 1º de fevereiro de 1991, como remuneração 2/3 (dois terços) do que percebem a qualquer título, os Deputados Federais, que será reajustada nos mesmos índices concedidos aos servidores públicos.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de fevereiro de 1991.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Resolução, visa cumprir, preceito Constitucional, art. 54, inciso VII, que regula a matéria.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 167/90

A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito no Município de Yolanda, com território desmembrado do Município de Ubitatã, com sede na localidade do mesmo nome, e com as divisas assim especificadas:

"Começa no Rio Piquiri na foz do Rio Comissário, segue por este até a foz dos Vieiras, sobe por este até sua nascente no ponto de divisa entre as Glebas 15 e 22 da Colônia Goioerê, segue pela referida divisa no sentido norte-sul até o cruzamento

do Rio Ronquito com a estrada denominada Paraguai, segue pela mesma rumo este-leste, até seu cruzamento com o Rio Carajá, desce por este até sua foz no Rio Ronquito e por este até a foz do Rio Comissário, ponto de partida".

MEMORIAL DISCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE YOLANDA:

"Inicia no cruzamento da Rua Ceará com a Rua Minas Gerais. Rua Minas Gerais até a Rua Pernambuco, por esta até a Rua São Paulo, por esta até a rua Ceará, por esta até o cruzamento com a Rua Minas Gerais, ponto inicial e final".

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) NAMIR PIACENTINI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 583/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche União Beatriz Deldotto, com sede e foro no Município de Lunardelli-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de utilidade pública, presta serviços de assistência social e promoção humana junto a menores carentes da comunidade, sem qualquer distinção, procurando dotá-los de educação e orientação, a fim de integrá-los a qualquer tempo à comunidade.

Conforme refere o Art. 32, dos Estatutos da entidade em tela, sua Diretoria presta serviços graciosamente, e a documentação que instrui o presente projeto de lei, oferece as condições necessárias à tramitação da matéria em Plenário.

Ao apresentar esta Proposição, queremos contar com a colaboração e o espírito altruístico dos nobres pares desta Casa de Leis, no sentido da sua aprovação.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Fazemos uso desta tribuna para que façamos uma análise, um retrospecto das palavras proferidas, ontem, pelo Senhor Presidente da República, Senhor Fernando Col-

lor, quando do dia da posse, ao decretar o feriado, aquele "feriadão bancário", que sequestrou toda a poupança e toda a economia do País.

O Presidente Collor gritou aos quatro ventos deste País que teria uma bala certa na agulha para desferir contra a inflação. E agora nós estamos enfrentando uma inflação, depois dos cem dias da "morte ilusória do Senhor Presidente, só a dele, de mais de 20%.

Agora está aí uma prova, depois desse pronunciamento, de que a população, os políticos sérios, o Parlamento sério tinha razão de que não seria num abrir e fechar de olhos que a inflação seria mecanicamente expurgada, tirada da vida econômica e financeira deste país.

E ele mentiu. Esta bala, que tinha na agulha, não acertou. O Presidente que tem só uma bala na agulha tem muito pouca munição, tem muito pouca arma na sua cabeça, tem pouca facilidade, tem só interlocutores que são amigos do Poder. Mas um governo sério que nós propúnhamos, sim, seria um governo colegiado, um governo com o Parlamento, um governo com a sociedade, um governo que ouvisse os sindicatos, que ouvisse as associações, que ouvisse a população, a igreja. Mas Collor se enclausurou. Collor fugiu para o gabinete. E na sua intangibilidade, na sua forma orgulhosa, vaidosa, não ouviu mais a população. Quem não ouve está surdo e surdo com o clamor da miséria, do desemprego, de tudo que estamos passando. Tudo que estamos passando não chega a fazer eco, não chega sensibilizar o ouvido desse Presidente, Presidente mudo como os outros presidentes foram: sozinhos e só eles.

Disse o Presidente ontem: "precisamos diálogo". Que diálogo?! De que forma dialogar? Só se for com gesto. O diálogo com uma pessoa muda se faz com gestos, com acenos, porque falando não se consegue diálogo.

A população brasileira, principalmente as camadas mais miseráveis estão acenando. Falar não dá é o aceno da miséria. É do estômago vazio. É da porta da fábrica fechada. É o aceno, Senhor Presidente, do suor com o salário achatado e das demissões. É o aceno da miséria do descamisado. É o aceno das altas. É o aceno do Congresso que acena para o Planalto, dizendo que as medidas provisórias não estão corretas. É preciso dialogar, isso sim a população está acenando para o diálogo. Nós queremos o diálogo. A população brasileira quer o diálogo. O Parlamento quer, as associações querem, os sindicatos querem, a igreja quer diálogo, mas diálogo com surdo não existe.

O Presidente enclausurado, numa atitude excêntrica que a todos venham a ele,

ele não escuta ninguém, perdeu agora nos dias passados o seu líder, homem de sua confiança durante a campanha eleitoral, homem de sua confiança no Congresso, que sai magoado, que sai espezinhado, dizendo que não consegue continuar com Presidente de mentirinha, que todo domingo numa troca de camisa, numa pose para fotografia para manchete de jornais para semana, ele faz o seu discurso de brincadeira ou andando de avião ou andando de bicicleta, mas enganando o povo.

Perde o seu líder, este é o sinal evidente do fracasso. Este é o sinal evidente que a população brasileira precisa acenar e fazer um gesto, mas que realmente fira, mexa que levante, ressuscite este Presidente para que ele realmente mude as coisas neste País, senão nós teremos dentro de alguns dias mais um golpe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes a esta Sessão de hoje.

(Lê):

Pacote Verde em tempos Negros.

"No dia 16 de agosto, com grande es-tardalhaço e ampla cobertura da mídia, bem ao gosto do presidente Collor, foi anunciado o chamado "Pacote Verde", que prometia recursos da ordem de Cr\$ 309 bilhões para a safra de 90/91. Com os demais projetos imbutidos no Plano Verde, o Governo prometia Cr\$ 446 bilhões para a agricultura - dos quais Cr\$ 371 bilhões deveriam ter sido liberados até outubro.

Na realidade, mesmo que o governo tivesse cumprido rigorosamente com a sua palavra, este montante de recursos seria insuficiente para o financiamento agrícola. O que aconteceu, contudo, foi uma distribuição de recursos bem inferior ao que era prometido, com a agravante de que os recursos saíram muito tarde e foram parar nas mãos privilegiadas dos grandes produtores.

São precisamente os grandes produtores que conseguiram colocar as mãos nos parques recursos do crédito agrícola. A situação não poderia ser mais negra para a nossa agricultura. O Paraná, um Estado cuja economia está baseada na agricultura, é o reflexo desta crise sem precedente, que tem levado os pequenos e médios agricultores a beira do desespero.

O atraso no plantio, por causa da demora na liberação dos financiamentos, é irrecuperável. Os prejuízos para a nação são incalculáveis. As projeções mais oti-

mistas indicam que dificilmente o Brasil vai conseguir repetir a safra de 1989/90, quando foram colhidos 57 milhões de toneladas de grãos - bem distantes das 73 milhões de toneladas que colhemos em safra passada.

Essa quebra na safra terá um custo não apenas econômico, mas principalmente social. Com menor oferta de alimentos, a carestia deverá aumentar. A pobreza vai alcançando índices cada vez mais alarmantes, colocando o Brasil ao nível dos países mais pobres do Terceiro Mundo.

Tudo isso, obra de um governo que adotou como "slogan" principal a melhoria das condições de vida dos "pés-descalços" e "descamisados".

No Paraná, a previsão de safra está sendo revista. A queda na produtividade é inevitável. Os efeitos desta falta de financiamento e consequente redução na área de plantio não se refletirão apenas a curto e médio prazo. A descapitalização dos pequenos e médios agricultores deve se agravar sensivelmente, colocando em risco a sobrevivência já há longa data ameaçada da pequena propriedade.

O Paraná não recebeu nem a metade dos recursos necessários para o financiamento da safra. O mais grave é que os recursos que chegaram, vieram muito tarde e foram distribuídos "a conta-gotas", sempre obedecendo o ritual do uso político.

Logo que foi anunciado o "Plano Verde", nos manifestamos, mostrando o seu caráter concentrador e marginalizador da pequena propriedade. Já alertávamos naquela ocasião que os poucos recursos previstos a juros menores iriam acabar nas mãos dos grandes produtores que têm menos necessidades destes recursos.

No entanto, nem de longe poderíamos antever que a situação alcançasse tamanha gravidade. Tudo isso fruto da irresponsabilidade do governo. Ao submeter a agricultura à míngua, o governo está dando mais um "empurrão" para que o país se atole definitivamente na crise em que já se encontra.

É inadmissível que um país com as potencialidades do Brasil tenha que importar alimentos. Ou, o que é mais grave e desumano, submeter milhões de brasileiros à fome e à inanição, à falta de condições de moradia e à falta de um emprego digno.

É preciso ainda aproveitar a oportunidade de lembrar que este governo colocou no Ministério da Agricultura um notório fazendeiro ligado à UDR e aos interesses dos latifundiários.

Não há a menor iniciativa que indique qualquer interesse em resolver o problema da terra, em promover a Reforma Agrária. Se por um lado o governo recusa os recur-

sos para a agricultura e por outro lado não toca no problema da concentração da terra, é fácil concluir que está colocando mais lenha na fogueira, a fogueira da crise, a fogueira da falência.

Os conflitos agrários devem aumentar sensivelmente. A falta de trabalho para os "bóias-frias", a falta de esperança para os trabalhadores sem-terras são materias de potente combustão, que podem desencadear uma verdadeira explosão no campo. Isso parece passar ao largo das preocupações do governo Collor.

Para concluir, quero tornar pública nesta Casa a grave denúncia formulada pelos funcionários do Banco do Brasil, através das suas entidades sindicais, sobre os critérios políticos na distribuição dos recursos do crédito agrícola.

O documento, que passo a fazer a leitura, é apresentado com o sugestivo título:

FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL DENUNCIAM POLITICAGEM NO CRÉDITO AGRÍCOLA

"Funcionários do Banco do Brasil de todo o Estado promoveram no último sábado, dia 17, em Londrina, o II Encontro Nacional. Na ocasião debateram e aprovaram a tese intitulada "O Banco do Brasil na Agricultura: o Banco que o País precisa", a ser apresentada no II Congresso Nacional desse grupo de trabalhadores que realizar-se-á em Salvador, de 05 a 08 de dezembro. Os participantes do encontro também denunciaram o uso indevido do Banco e dos recursos destinados ao crédito agrícola, por pressão do Governo Federal e com a cumplicidade de diretores da instituição, para favorecer grupos econômicos, partidos e candidatos que dão sustentação ao Plano Collor.

Foi citado, entre outros casos, o exemplo de uma agência onde grande parte dos recursos destinados aos agricultores, foi parar nas mãos de um único mutuário, coincidentemente, candidato a deputado pelo PRN, derrotado.

O próprio diretor de Crédito Rural do Banco do Brasil, Luiz Antônio Fayet, participou do Programa Eleitoral Gratuito para avalizar declarações do candidato Martinez, de que uma vez eleito, seria a salvação da agricultura paranaense. O diretor culpou o Governo anterior pela atual falta de recursos para o crédito rural, insinuando que, caso o candidato "collorido" seja vitorioso, não faltarão mais recursos para o Paraná. Os funcionários exigem do diretor, a comprovação da existência desses recursos e, caso existam, onde estão?

Foi repudiada a utilização do Banco do Brasil para criar uma falsa imagem de apoio ao Governo Collor e seus representantes no Paraná. Os funcionários manifes-

taram a determinação de continuar defendendo a função social do crédito, exigindo o fim das distorções e da manipulação política do Banco. Eles querem ainda justiça na distribuição do crédito, principalmente em relação aos pequenos e médios produtores rurais, que são responsáveis por 80% da produção de alimentos."

Este documento é assinado pelos Funcionários do Banco do Brasil do Paraná e pela Federação dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado do Paraná, com data de 17 de novembro de 1990.

Quero concluir, lembrando que não são apenas os recursos do crédito agrícola que estão sendo indevidamente utilizados para o proselitismo eleitoral. Na verdade, estamos vendo a tentativa de estabelecimento de uma estrutura paralela para o repasse de recursos do Governo Federal ao Estado."

Muito obrigado.

O Sr. Caíto Quintana - Vossa Excelência me permite um aparte?

Assentimento.

Deputado Pedro Tonelli, ouço seu pronunciamento e me faz pensar que Vossa Excelência na Câmara Federal seja um porta-voz dos interesses do Estado com regiões de minifúndio como a nossa. Vossa Excelência neste dia trata de um assunto que, espero, a partir do ano que vem Vossa Excelência trate com assiduidade no plenário da Câmara Federal; porque faltam vozes que falem em favor da pequena propriedade.

Somos os dois de uma região, graças a Deus que ainda conserva o minifúndio familiar, e quando parabeno Vossa Excelência por convivência em nossa região, é pela percepção do verdadeiro desespero no pequeno produtor rural. Primeiro, na angústia de saber até mesmo se receberia a safra, já minguada, do trigo colhido. Depois, a incerteza de, estando a terra pronta, se conseguiria recursos para plantar. E o crédito rural sobrando nos jornais e faltando nos bancos...

Indiscutivelmente hoje, Deputado Pedro Tonelli, a agricultura do Brasil não planta a mesma quantidade do ano passado. E este dado da ligação da agricultura com o problema social que no Paraná, por exemplo, o plantio do algodão se reduz em 50%, isto indiscutivelmente vai gerar um exército de duzentos e cinquenta mil trabalhadores volantes que não terão onde trabalhar.

É chegada a hora de contestação à questão agrícola do País. Se somos de tradição agrícola, não podemos fazer o crédito agrícola parecer um favor do Governo para com o produtor, mas transformá-lo na obrigação de quem representa o Brasil, de dar as condições necessárias para que o

nosso trabalhador, que é mal pago por sinal, possa trabalhar e gerar a riqueza que se transforma nas divisas que o Brasil precisa.

Vossa Excelência enfoca o assunto aqui nesta Assembléia, e eu me solidarizo com Vossa Excelência. Tenho certeza absoluta que, como representante do Paraná em Brasília, Vossa Excelência se dedicará a estes pronunciamentos para que, efetivamente, o crédito agrícola, principalmente o pequeno e o médio, tenham mais facilidade de fluência neste País que precisa tanto de produção.

Muito obrigado.

O Sr. José Rogério Carvalho - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Pedro Tonelli?

O SR. PEDRO TONELLI - Concedo o aparte ao nobre Deputado José Rogério Carvalho.

O Sr. José Rogério Carvalho - Nobre Deputado Pedro Tonelli, quando muitas vezes ouvimos um discurso dessa tribuna, Vossa Excelência externando a posição de uma Federação, de um Sindicato de Funcionários do Banco do Brasil, nós podemos avaliar que chegou num ponto que os Sindicatos, eles estão protestando quanto à irregularidade do crédito agrícola, quando nós, o Parlamento, deveríamos ser os primeiros e o faz Vossa Excelência nessa tarde essa denúncia tão grave e que é tão necessária ser feita.

Eu acredito que esse é um alerta para o Parlamento, para que os Sindicatos, as Cooperativas, as Associações, todos os segmentos organizados da sociedade, não tomem este espaço que é da classe política e do político de efetivamente fazer esse tipo de denúncia nesta tribuna.

Nós queríamos fazer, aproveitar o seu discurso, para citar também, talvez aproveitando as suas palavras, para dizer que o Banco do Brasil tem dinheiro, tem recurso para televisão, para o rádio, para o jornal, como disse o líder Caíto Quintana, que existe discurso, existe manchete de jornal com muito dinheiro, mas no Banco do Brasil não existe o recurso para o agricultor, mas existem recursos para fazer negociatas, como aconteceu grandes empréstimos que foram feitos à VASP na compra. Quer dizer, este tipo de empréstimo para aquisição de empresas estatais existe empréstimos, existe as negociatas com interferência política, de influências políticas, de amigos do Senhor Presidente. Mas nem todos os nossos pequenos agricultores têm amigos como Presidente, para conseguir os financiamentos, para conseguir seus financiamentos.

De forma que, os três empréstimos no

valor de um bilhão de cruzeiros, são recursos do Banco do Brasil que deveriam ser alocados para a agricultura, tão necessários para a agricultura.

Agradeço a oportunidade que me dá, e felicito-o pelo seu pronunciamento, que é uma voz sempre alerta diante das dificuldades da "busca da Reforma Agrária" nesse Estado.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o aparte do nobre Deputado José Rogério, que enfoca muito bem as preocupações desse momento, e quero concluir, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de que esse é um exemplo, temos tantos e tantos exemplos de mau uso, ou de desuso dos recursos da União, dos recursos que são públicos, para atender interesses individuais, privados, minoritários, e é só olharmos a nossa realidade que se vive, que nós vamos tropeçar em fatos semelhantes a esses trazidos nesta tarde. E, quero apelar a esse Parlamento, que usemos o nosso poder de falar, para que possamos influir, para que tais absurdos sejam superados, e que nós tenhamos uma agricultura que produza os nossos alimentos necessários, os produtos essenciais básicos para o País, e os produtos essenciais básicos para exportação.

É para isso que nós temos que pensar na economia, na agricultura e a política do País.

Por isso, o apelo a todos que aqui estão, e um apelo especial à Bancada "Colôrida", que está na hora de erguer a voz, conversar, dialogar com o ditador de plantão e dizer a ele que desse jeito não dá mais. É necessário que ele ouça a voz que vem do Interior, a voz que vem do Brasil, e que ele procure transformar esta voz, essa preocupação em atos de Governo reais, para fazer com que a política econômica, a política financeira, a política agrícola, sejam instrumentos de progresso, de desenvolvimento, de ordem social, de uma ordem econômica, e de uma nova Sociedade, onde a vida seja melhor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário do Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças, passamos à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 39 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, ofício n° 83/90 K, subscrito pelo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, incluindo anteprojeto de lei que altera Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça. À Diretoria

Legislativa, para as providências.

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Resolução de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei n° 565/90. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1° DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 565/90, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Ofício n° 321/90), que altera dispositivos do Código da Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, conforme ESPECIFICA. APROVADO. (PUBL. NO D. A. N° 134 DE 07.11.90)

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 453/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 159/90), que autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita a ASSOCIAÇÃO SANTA TEREZINHA DE REABILITAÇÃO AUDITIVA - ASTRAU, área de terreno, conforme especifica. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 470/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 164/90), que aprova um Crédito Suplementar no valor de Cr\$ 833.410.000,00 (oitocentos e trinta e três milhões, quatrocentos e dez mil cruzeiros), para a Secretaria de Estado da Educação, visando dar continuidade às ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1° Grau no Estado. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 482/90, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que dispõe sobre os vencimentos dos AGENTES DE RECLUSÃO DO SISTEMA PENITENCIÁ-

RIO DO ESTADO DO PARANÁ. (EM ANEXO PROJETO DE LEI N° 550/90, DE AUTORIA DO DEPUTADO RUBENS BUENO, NO MESMO SENTIDO). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 494/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 173/90), que aprova créditos suplementares aos vigentes orçamentos próprios de fundações, autarquias, órgãos de regime especial e empresas públicas. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 498/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 169/90), que aprova créditos suplementares ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei n° 9.173, de 27.12.89, até o valor de Cr\$ 3.748.000.000,00 (três bilhões, setecentos e quarenta e oito milhões de cruzeiros), destinados ao atendimento às Programações prioritárias desenvolvidas pela Administração Pública. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 504/90, de autoria do Deputado JOJO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, do município de Barracão - PR. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 530/90, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública Estadual a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA JARDIM SÃO BENEDITO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL. Com EMENDA DE PLÊNARIO.

Sobre o referido Projeto, emenda aditiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI N° 530/90

EMENDA ADITIVA DE PLÊNARIO

Inclua-se o seguinte artigo no Projeto de Lei n° 530/90.

Art. - Fica declarada de Utilidade Pública o "CENTRO DE AMPARO AO MENOR NOSSA SENHORA DO MONTE CLARO", com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoio: Namir Piacentini, Romero Oguid, Hermas Brandão e Luciano Pizzatto.

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha esta emenda, bem demonstra a justiça, a legalidade e a necessidade de se declarar de Utilidade Pública o "CENTRO DE AMPARO AO MENOR NOSSA SENHORA DO MONTE CLARO".

Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 124/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 15/90 - ex-Proposição n° 12/90), que ratifica o convênio celebrado em 28/12/90, em Brasília - DF, entre o Estado do Paraná e o Ministério das Minas e Energia, objetivando a execução de parte do Programa de Eletrificação e Irrigação em Comunidades Rurais, especificamente em linha de eletrificação rural nos municípios de Campina Grande do Sul e Mandirituba. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 125/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 18/90 - ex-Proposição n° 15/90), que ratifica o convênio celebrado em 16/01/90, entre o Estado do Paraná e o município de Londrina e a Universidade Estadual de Londrina, objetivando a realização anual do Festival de Música de Londrina. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 126/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 19/90 - ex-Proposição n° 16/90), que ratifica o termo de revigoramento do convênio celebrado em 25 de maio de 1990, entre o Estado do Paraná, através do Secretário da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro Positivista do Paraná, objetivando o apoio do Estado na realização do I Simpósio Internacional Positivismo x Humanismo, aprovado pelo Comitê de Eventos do CONCITEC. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 127/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 29/90) - ex-Proposição n° 29/90), que ratifica o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas - FAFI, objetivando a realização dos cursos que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 128/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 93/90 - ex-Proposição n° 57/90), que ratifica o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Arapongas - FACICLA, objetivando a realização, pela Faculdade, de curso de "Produção de Textos". Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 129/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 88/90 - ex-Proposição n° 88/90), que ratifica o convênio celebrado em 29/12/89, entre o Secretário Especial da Ciência Tecnologia e Desenvolvimento e a SANEPAR, objetivando o desenvolvimento tecnológico de reatores anaeróbicos para o tratamento de esgotos e produção de gás metano. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 130/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 100/90 - ex-Proposição n° 62/90), que ratifica os convênios celebrados em 29/01/90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da SUCEAM, e os municípios que especificam, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 384/89, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Pais e Mães - CONPAM, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL PROJETO DE LEI N° 384/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Renato Adur, objetiva declarar de Utilidade Pública o Conselho de Pais e Mães - CONPAM, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Ao proceder-se à análise legal e constitucional da presente proposta, notamos a sua conformidade com o disposto na Lei Estadual n° 6994 de 10 de janeiro de 1978, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral, dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) WERNER WANDERER
Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO
Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 172/90, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que declara de Utilidade Pública a Fundação Solidariedade, com sede e foro no município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 172/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Valderi Mendes Vilela, objetiva declarar de Utilidade Pública a "Fundação Solidariedade", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Ao proceder à análise legal e constitucional da presente proposta, notamos a sua conformidade com o disposto na Lei Estadual n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) WERNER WANDERER
Presidente

(a) HERMAS BRANDÃO
Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 360/90, de autoria dos Deputados Haroldo Ferreira e Rubens Bueno, que regulamenta o parágrafo único do artigo 216 da Constituição Estadual, que dispõe sobre a criação, organização e competência do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário, de autoria dos Senhores Deputados Haroldo Rodrigues Ferreira e Rubens Bueno, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI N° 360/90

Art. 1° - Fica criado o Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, órgão consultivo, deliberativo e controlador da política de atendimento à infância e juventude, vinculado à Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente e composto dos seguintes membros:

I - O Secretário de Estado cuja pasta é responsável pela execução da política estadual de atendimento à criança e ao adolescente;

II - (01) um representante da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR;

III - (01) representante da Secretaria de Estado da Educação;

IV - (01) um representante da Secretaria de Estado da Saúde;

V - (01) um representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública;

VI - (01) um representante do Ministério Público;

VII - (01) um representante do Poder Judiciário;

VIII - (01) um representante da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência;

IX - (01) um representante da Legião Brasileira de Assistência;

X - (01) um representante das Universidades Públicas existentes no Estado do Paraná;

XI - (01) um representante da Associação dos Municípios do Paraná;

XII - (11) onze representantes de entidades da sociedade civil organizada, de âmbito estadual, diretamente ligadas à defesa ou ao atendimento de crianças e adolescentes, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos um ano.

Art. 2° - São funções do Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente:

I - Formular a política de promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes, observados os preceitos expressos nos art. 203, 204 e 277, da Constituição Federal, 165 e 216 da Constituição Estadual e todo o conjunto de normas do Estatuto da Criança e do Adolescente;

II - Acompanhar a elaboração e avaliar a proposta orçamentária do Governo do Estado, indicando ao Secretário de Estado competente, as modificações necessárias à consecução da política formulada;

III - Estabelecer prioridades de atuação e definir a aplicação dos recursos públicos estaduais destinados à assistência social, especialmente para o atendimento de crianças e adolescentes;

IV - Homologar a concessão de auxílios e subvenções a entidades particulares filantrópicas e sem fins lucrativos, atuantes no atendimento a crianças e adolescentes;

V - Avocar, quando entender necessário, o controle das ações de execução da política estadual de atendimento a criança e ao adolescente em todos os níveis;

VI - Propor aos poderes constituídos modificações nas estruturas dos órgãos governamentais diretamente ligados à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

VII - Oferecer subsídios para a elaboração de leis atinentes aos interesses das crianças e adolescentes;

VIII - Incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa da infância e juventude;

IX - Promover intercâmbio com entidades públicas particulares, organismos nacionais, internacionais e estrangeiros, visando atender a seus objetivos;

X - Pronunciar-se, emitir pareceres e

prestar informações sobre assuntos que digam respeito à promoção, proteção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes;

XI - Aprovar, de acordo com os critérios estabelecidos em seu regimento interno, o cadastramento de entidades de defesa ou de atendimento aos direitos das crianças e adolescentes e que pretendam integrar o Conselho;

XII - Receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes;

XIII - Gerir seu respectivo fundo, aprovando planos de aplicação;

XIV - Incentivar a criação e estimular o funcionamento dos Conselhos Municipais de Defesa da Criança e Adolescente.

Art. 3º - As organizações da sociedade civil interessados em participar do Conselho se habilitarão, entre os dias 1º e 31 de janeiro dos anos ímpares, perante a Secretaria de Estado competente, comprovando documentalmente suas atividades há pelo menos 01 (um) ano bem como indicando seu representante e respectivo suplente.

§ 1º - A seleção das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o Conselho, far-se-á mediante eleição realizada entre as próprias entidades habilitadas.

§ 2º - A Secretaria de Estado responsável pela execução da política de atendimento à criança e ao adolescente encaminhará ao Governador do Estado, até o terceiro dia útil do mês de fevereiro, a relação das entidades que integrarão o Conselho e o nome dos conselheiros representantes e suplentes por ela indicados, devendo a nomeação ser efetuada no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 3º - Os conselheiros representantes das entidades populares, assim como seus suplentes, serão nomeados para mandato de 02 (dois) anos, período em que não poderão ser destituídos, salvo por deliberação de 2/3 (dois-terços) dos componentes do Conselho.

§ 4º - Os conselheiros representantes das entidades populares poderão ser reconduzidos, observado o mesmo processo previsto neste artigo.

Art. 4º - Os representantes do Ministério Público, do Poder Judiciário, da Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência, da Legião Brasileira de Assistência, das Universidades Públicas existentes no Paraná e da Associação dos Municípios do Paraná, assim como seus suplentes, serão nomeados pelo Governador do Estado, para mandato de 02 (dois) anos e permitida (01) uma recondução, após indicação da respectiva instituição e observa-

dos os prazos estabelecidos no artigo anterior.

Art. 5º - Os conselheiros e suplentes representantes dos órgãos públicos estaduais, cuja participação no Conselho não poderá exceder 04 (quatro) anos contínuos, serão nomeados livremente pelo Governador do Estado, que poderá destituí-los a qualquer tempo.

Art. 6º - O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário Geral serão eleitos, em sessão com quórum mínimo de 2/3, pelos próprios integrantes do Conselho.

Art. 7º - O Secretário de Estado responsável pela execução a política estadual de atendimento à criança e ao adolescente ficará encarregado de fornecer apoio técnico, material e administrativo para o funcionamento do colegiado.

Art. 8º - O desempenho da função de membro do Conselho, sem qualquer remuneração, será considerado como serviço relevante prestado ao Estado do Paraná, com seu exercício prioritário, justificadas as ausências a qualquer outro serviço, desde que determinadas pelas atividades próprias do Conselho.

Art. 9º - As demais matérias pertinentes ao funcionamento do Conselho serão devidamente dispostas pelo seu regimento interno.

Art. 10 - O Conselho de Defesa da Criança e do Adolescente deverá ser instalado em fevereiro de 1991, incumbindo à Secretaria de Estado responsável pela execução da política estadual de atendimento da infância e da juventude adotar as providências necessárias para tanto.

Art. 11 - A Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular, com a colaboração da Secretaria da Justiça, Trabalho e Ação Social, adotará as medidas necessárias à realização da primeira seleção das entidades representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o Conselho.

Art. 12 - Fica criado o Fundo para a Infância e Adolescência, administrado pelo Conselho e com recursos destinados ao atendimento aos direitos das crianças e adolescentes assim constituído:

I - dotação consignada no orçamento do Estado para assistência social voltada à criança e adolescente;

II - recursos provenientes do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

IV - rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicações de capitais;

V - outros recursos que lhe forem destinados.

Art. 13 - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Parágrafo Único - Após a formação do primeiro Conselho, fica revogado o Decreto Estadual n° 1.232/87, que instituiu a Comissão Estadual de Estudos sobre o Menor em Situação Irregular.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

(a) RUBENS BUENO

Apoio: Paulino José Delazeri, Raul Lopes e Nereu Carlos Massignan.

Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 372/90, de autoria do Deputado Mário Pereira, que cria o município de Ramilândia, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica "ad-referendum" do resultado do plebiscito. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI N° 372/90.

Art. 1º - Fica criado o município de RAMILÂNDIA, desmembrado do município de Matelândia, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica, "ad-referendum" do resultado do plebiscito.

- Com o município de Diamante D'Oeste, começa na foz do Rio Roselito no Rio São Francisco - falso braço sul, subindo por este até a Foz do Rio Pavão, subindo por este, até a divisa do lote 21-22, da Gleba 3, primeira e segunda parte, seguindo por esta divisa, passando pela divisa dos lotes 21-20, 20-23, 18-23, 18-24, 18-17, até o Rio São Domingos, subindo por este até a linha de divisa da Fazenda Padovani, situada nos lotes 12 e 14 (partes), da Gleba 3 primeira parte, até o Rio São Francisco - falso braço sul, subindo por este até a foz do Rio Banhadão.

- Com o município de Matelândia, começa na foz do Rio Banhadão, subindo por este até a foz do Córrego Cascata, subindo por este até a Rodovia pavimentada PR-JG-001, seguindo por esta no sentido leste-oeste até o Rio São Domingos, subindo por este até a sua nascente; daí em linha reta e seca pela divisa dos lotes 34-83, 34-84, 34-85, 34-86, 34-87, e 34-89, no marco M-55, localizado na margem do Rio Feijão Verde, seguindo por este água abaixo até o marco M-269, localizado na margem esquerda do Rio Feijão Verde, na divisa dos lotes 138-33, seguindo por esta passando pela divisa dos lotes 138-40, 138-41, 138-42, 138-36, 105-36, 106-46,

135-46 e 135-40, até o marco M-308 localizado no travessão da divisa das colonizadoras Matelândia Ltda., Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda.

- Com o município de Medianeira, começa no marco M-308, localizado no travessão da divisa das Colonizadoras Matelândia Ltda. e Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., daí seguindo por este, rumo leste-oeste até o marco M-137, localizado na divisa do Município de Missal, que divide as colonizadoras Matelândia Ltda., Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda. e Gaúcha Ltda.

- Com o município de Missal, começa no marco M-137, em linha reta e seca rumo norte, na divisa das Glebas 07 e 09, ambas do Imóvel Guairacá, até o marco M-250, localizado na divisa do Imóvel Guairacá com a Colônia Rio Quarto, seguindo por esta divisa rumo leste-oeste, até o marco M-39, localizado na divisa do travessão da Gleba 03, Imóvel Rio Quarto - segunda parte, seguindo por esta em linha reta e seca rumo norte, até o marco M-215-212, no ponto comum de divisa dos municípios de Missal e Santa Helena.

- Com o município de Santa Helena, partindo do marco M-215-212, em linha reta e seca rumo norte, até o Marco M-43, localizado na margem direita do Rio Roselito, descendo por este até o ponto inicial.

PERÍMETRO URBANO

Ponto de Partida - Partindo do Marco M-143, dividindo-se com o lote da Gleba 07, Imóvel Guairacá, até o marco M 144, numa extensão de 72,60 metros, AZ 87°36'04,6"; do marco 144, atravessando uma estrada até o marco 145, numa extensão de 8,10 metros, AZ 88°14'30,9"; do Marco 145, dividindo-se com o lote 07, da Gleba 07, Imóvel Guairacá, até o marco M 1601, numa extensão de 337,10 metros, AZ 88°53'06,4"; do Marco M 1601, dividindo-se com o lote 07, da Gleba 07, Imóvel Guairacá, até o marco M 1602, numa extensão de 72,80 metros, AZ 101°17'02,9"; do Marco M 1602, dividindo-se com o lote 08, da Gleba 07, Imóvel Guairacá, até o Marco M 1603, numa extensão de 225,60 metros, AZ 099°18'14,3", do Marco 1603, dividindo-se com o lote 08, da Gleba 07, Imóvel Guairacá, até o marco M 1606, numa extensão de 98,10 metros, AZ 04°17'37,8"; do marco M 1606, dividindo-se com o lote 08, Gleba 07, Imóvel Guairacá, até o marco 1605, numa extensão de 151,10 metros, AZ 84°01'23,8"; do marco M 1606, dividindo-se com os lotes 52 e 53, da Gleba 06, Imóvel Guairacá, até o marco M-D-2000, numa extensão de 349,40 metros, AZ 177°34'35,1"; do D-2000, atravessando uma estrada, até o marco M 162, numa extensão de 15,20 metros

AZ 89°21'13,8"; do marco M 162, dividindo-se com o lote 53, da Gleba 06, Imóvel Guairacá, até o marco M 163, numa extensão de 196,90 metros, AZ 87°32'25,4"; do marco M 163, dividindo-se com o lote 53, Gleba 06, Imóvel Guairacá, até o marco M 164, numa extensão de 277,70 metros, AZ 177°19'06,8"; do marco M 164, atravessando uma estrada até o marco M 165, numa extensão de 8,10 metros, AZ 177°57'51,4"; do marco M 165, dividindo-se com o lote 56, Gleba 06, Imóvel Guairacá, até o marco M 166, numa extensão de 195,80 metros, AZ 177°29' 41,8", do marco M 166, dividindo-se com o lote 56, Gleba 06, Imóvel Guairacá, até o marco M 167, numa extensão de 173,70 metros, AZ 271°03'41,5"; do marco M 167, atravessando uma estrada, até o marco M 168, numa extensão de 23,50 metros, AZ 236°22'05,3"; do marco M 168, dividindo-se com o lote 13, Gleba 06, Imóvel Guairacá, até o marco M 130, numa extensão de 516,00 metros, AZ 236°32'17,8"; do marco M 130, dividindo-se com o lote 12, Gleba 06, Imóvel Guairacá, até o marco M-140, numa extensão de 294,70 metros, AZ 358°55'20,4"; do marco 140, dividindo-se com o lote 12, da Gleba 06, Imóvel Guairacá, até o marco M 139, numa extensão de 255,50 metros, AZ 274°52'45,6"; do marco M 139, dividindo-se com o lote 11, da Gleba 06, Imóvel Guairacá, até o marco M 138, numa extensão de 150,90 metros, AZ 269°24'51,3"; do marco M 138, dividindo-se com a Gleba 07, Imóvel Guairacá, até o marco M 141, numa extensão de 416,20 metros, AZ 354°17'40,5"; do marco M 141, atravessando uma estrada até o marco M 142, numa extensão de 19,10 metros, AZ 349°32'17,10"; do marco M 142, dividindo-se com a Gleba 07, Imóvel Guairacá, até o marco M 143, ponto de partida, numa extensão de 293,90 metros, AZ 352°33'17,1", ponto final.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

Apoiamento: Orlando Pessuti, Pirajá Ferreira, Dirceu Manfrinato e Caíto Quintana. Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 391/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que autoriza o porte de arma aos Oficiais de Justiça e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 391/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, tem por finalidade autorizar o por-

te de arma aos Oficiais de Justiça.

Procedida à análise legal e constitucional da presente iniciativa, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa pelos competentes órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

(a) HERMAS BRANDAO

Relator

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 473/90, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de Palmitópolis, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva geral de Plenário de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE LEI Nº 473/90

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Anibal Khury, objetiva criar "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de Palmitópolis.

Procedida à análise legal e constitucional da presente proposta, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa pelos competentes órgãos desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) RUBENS BUENO

Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO,
AO PROJETO DE LEI Nº 473/90.

Art. 1º - Fica criado "ad referendum" do resultado do plebiscito o município de Palmitópolis, desmembrado do município de Nova Aurora e com os seguintes divisas:

Ao Norte: Limita-se com o município de Jesuítas, confrontando com o Rio Jesuítas e parte por linha seca.

Ao Sul: Limita-se com o município de Cafelândia, confrontando pelo rio Central, Córrego Ubirajara e também por linha seca.

Ao Leste: Confronta-se com o município de Nova Aurora, por estrada em espigão,

que vai do Córrego Ubirajara, passando pelo Patrimônio de Alto Alegre, até o Rio Jesuítas.

Ao Oeste: Confronta-se com o município de Tupãssi, limitando-se pelo Rio Verde ou Boi Piguá.

**MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO
URBANO DE PALMITÓPOLIS**

Inicia no começo da Rua Mário Roberto, seguindo por essa até a divisa do loteamento com as chácaras rurais, por essas em linha seca e reta até a Avenida Carvalho Pinto, segue por essa até a estrada que dá acesso a cidade de Cafelândia. Desse ponto, segue pela Rua Dinomar Matiello, até a Rua José Pinto de Souza, segue por essa até a Avenida Jotaká. Pela Avenida até a Rua Primor, segue por essa até a Rua Botelho, da onde segue sentido bairro centro até encontrar a Rua Waldemar Coelho, seguindo por essa até a estrada que dá acesso a cidade de Formosa do Oeste. Daí segue, pela Rua Sete de Agosto, até a Rua Nilo João, pela Rua Nilo João até alcançar a Rua Nívio Brasil, seguindo por essa até a Rua Mário Roberto, ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamto: Vera Agibert, Pirajá Ferreira, Luiz Carlos Alborghetti e Hermas Brandão.
Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 536/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, cria o Programa Estadual de Transporte Escolar, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

**COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI Nº 536/90**

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade criar o Programa Estadual de Transporte Escolar.

Procedida à análise legal e constitucional da iniciativa, ressaltamos o amplo aspecto meritório da questão, nada encontrando que possa obstar a sua normal tramitação processual legislativa.

Nestas condições, esta Comissão Geral dá seu PARECER FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO do projeto de lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR
Relator

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 072/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dá nova redação ao artigo 39 do regulamento interno, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

COMISSÃO GERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 72/90

PARECER:

O presente projeto de resolução, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade dar nova redação ao artigo 39 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Procedida à análise legal e constitucional do presente projeto de resolução, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

Sendo assim, esta Comissão Geral dá seu parecer FAVORÁVEL, opinando pela APROVAÇÃO da proposta em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 21.11.90.

(a) ANIBAL KHURY

Presidente

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 329/85, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dá nova redação e acresce parágrafo ao artigo 16 da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, conforme especifica. (Abertura do concurso reservando 50% das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná). EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., R.H., C.S., por unanimidade. Aprovado por unanimidade.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 329/85

**A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 16 da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido do parágrafo que se lhe segue:

"Art. 16 - Havendo vaga que deva ser provida através de concurso público, o colegiado competente da Polícia Civil solicitará à Secretaria de Estado da Segurança Pública, a abertura do concurso, reservando 50% das vagas concedidas aos policiais civis pertencentes ao Quadro da Polícia Civil do Estado do Paraná, que preencham os requisitos do mesmo.

§ 1º - Das instruções para o concurso público, de cuja banca examinadora fará parte menos uma pessoa indicada pelo colegiado da Polícia Civil, constarão: limite

de idade, número de vagas, requisitos de ordem moral, física e mental, e exigências de provas e títulos;

§ 2º - As vagas restantes das mencionadas no "caput" deste artigo, serão preenchidas sempre por candidatos que comprovarem domicílio eleitoral de cinco anos neste Estado".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor à data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.85.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com o presente Plano de Lei, reservar aos policiais do Quadro da Polícia Civil do Estado, que estejam, no momento da instalação de um Concurso Público aqueles quadros, habilitados, um determinado número de vagas, estipulado em 50% das vagas totais, com o objetivo de corrigir distorções e injustiças funcionais.

Tem ocorrido vários casos de policiais antigos naquela corporação que, após terem concluído com grande esforço seus estudos de nível superior, no caso Direito, tem de enfrentar nas mesmas condições dos demais candidatos, um Concurso para as Carreiras de nível superior de Delegado.

Além disso, muitas das vezes, como passou a proibir o § 2º da Lei Complementar nº 14 neste Projeto, os candidatos que obtêm a classificação sequer são deste Estado, desconhecendo quase sempre as realidades da segurança pública no Paraná.

Deste modo estaremos adotando, no segundo caso, a mesma medida já adotada em muitos Estados na Federação, os quais proíbem o acesso de policiais de outros Estados para a sua corporação. Por outro lado, estaremos também, protegendo a população contra prováveis equívocos de policiais habituados a ambientes onde a criminalidade atinge índices mais preocupantes, e onde o suborno, a corrupção e o aliciamento é prática já consagrada.

Diante disto, aguardo dos nobres Pares o necessário apoio à presente medida legal, tendo em vista tratar-se de dispositivo de destacada importância social.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 329/85

PARECER:

O presente plano de Lei Complementar tem por finalidade dar nova redação e acresce parágrafo ao Art. 16, da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, conforme especifica.

Quer nos parecer que a medida é bastante justa pois pretende reservar aos Policiais Civis do Quadro da Polícia Civil do Estado, que estejam, no momento da

instalação de um Concurso Público para aqueles quadros, habilitados, um determinado número de vagas estipulado em 50% das vagas totais, corrigindo distorções e injustiças funcionais; bem como dar prioridade, no tocante às vagas restantes, aos candidatos que comprovarem domicílio eleitoral de cinco (5) anos, neste Estado, medida esta já adotada em outros Estados da Federação.

O Decreto-Lei nº 2.280, de 16.12.85, dispõe sobre Concursos Internos, abrindo precedente formal, no sentido de dar prioridades aos funcionários que atualmente prestam serviços como contratados para "desempenho de atividades de caráter permanente e retribuídos com recursos de pessoal".

Os requisitos formais e regimentais estão aqui presentes, inexistindo qualquer óbice ao prosseguimento da marcha processual do Projeto, razão porque opinamos favoravelmente à Aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.08.86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente e Relator.

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS

PROJETO DE LEI Nº 329/85

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do Deputado Rubens Bueno, dá nova redação e acresce de parágrafo ao art. 16 da Lei Complementar nº 14, de 26.05.82, conforme especifica.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, examinando o presente Plano de Lei em tramitação, manifestou-se favoravelmente à sua aprovação por estarem presentes os requisitos formais e regimentais necessários à propositura do Projeto.

No âmbito desta Comissão de Recursos Humanos, chamada a opinar sobre o mérito da matéria, temos que, de acordo com a Justificativa apresentada, a proposição visa beneficiar funcionários que já compõem o Quadro de Pessoal da Polícia Civil, corrigindo, assim, distorções e injustiças funcionais.

Sendo assim, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relator.

COMISSÃO DE SEGURANÇA

PROJETO DE LEI Nº 329/85

PARECER:

SÚMULA: "Dá nova redação e acresce pará-

grafo ao art. 16 da Lei Complementar n° 14, de 26.05.82, conforme especifica".

INICIATIVA: Deputado Rubens Bueno.

Para análise desta Comissão de Segurança, Projeto de Lei da iniciativa do nobre Deputado Rubens Bueno, que tem por objetivo, no caso de abertura de concurso dentro do quadro da Polícia Civil, reservar 50% das vagas aos seus integrantes.

Para tanto, dá nova redação e acresce parágrafo ao art. 16, da Lei Complementar n° 14, de 26 de maio de 1982, Estatuto da Polícia Civil do Paraná.

A proposição recebeu parecer favorável quanto à sua constitucionalidade e legalidade. No que respeita a esta Comissão, entendemos que o Projeto é dos mais meritórios, vez que, além de corrigir distorção através de um tratamento justo àqueles funcionários que, por méritos próprios, se reciclam através da obtenção de diploma de nível superior, com a invenção de galgarem degraus na escala hierarquica funcional e, como bem diz a justificativa do Projeto, "tem de enfrentar nas mesmas condições dos demais candidatos, um concurso para carreiras de nível superior..." Além disso ainda oferece condições à Polícia Civil, através do dispositivo constante do novo parágrafo que, pretende-se, seja introduzido na Lei, de compor seu quadro com pessoal comprometido com a realidade paranaense propensos a por esta lutar, longe do suborno e da corrupção.

O Parecer deste Relator é pela aprovação do presente Projeto de Lei, lamentando-se apenas que matéria de tamanha envergadura e que, indiscutivelmente, terá reflexos positivos para os integrantes da Polícia Civil, tenha permanecido por tanto tempo sem que esta Casa tenha se pronunciado - em 5 de dezembro de 1985 foi dado entrada do Projeto na Mesa da Assembléia.

E ainda porque não há justificativa para não apreciação de processo em Regime de Urgência - conforme consta de documento constante às fls. 31 do processado, e que em atenção a dispositivo regimental (art. 105 e seguintes), deveria ter sido apreciado de imediato, já que requerimento nesse sentido foi aprovado pela Casa.

É o Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.87.

(aa) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Presidente

ALGACI TÚLIO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 565/90, já foi aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto já foi aprovado.

O Projeto teve preferência e foi aprovado.

A Mesa estava colocando por engano.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 131/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 36/90, ex-Proposição n° 31/90), que ratifica os convênios celebrados em 12.10.89 entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando proporcionar e manter condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa Paraná Rural. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 132/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 34/90, ex-Proposição n° 29/90), que ratifica os convênios celebrados através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando proporcionar e manter condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas, na forma do Programa Paraná Rural. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 133/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 33/90, ex-Proposição n° 28/90), que ratifica os convênios celebrados anteriormente a 15.10.90, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando proporcionar e manter condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídas na forma do Programa Paraná Rural. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 134/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 30/90, ex-Proposição n° 27/90), que ratifica o convênio n° 02/89- COMEC, já celebrado por motivo de urgência, em 22.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da COMEC e o município de Araucária, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação da Av. Archelau de Almeida Torres. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 135/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 25/90- ex-Proposição n° 22/90), que ratifica o protocolo de intenções de janeiro de 1990, entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, celebrado por motivo de urgência, objetivando formalizar entre as partes a intenção do Gover-

no Federal em repassar à FERROESTE (Estrada de Ferro Paraná S.A.), recursos federais correspondentes à parcela do capital social da Empresa subscrita pela União. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 136/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 22/90, ex-Proposição n° 19/90), que ratifica o convênio já firmado em 20.12.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", objetivando a realização do "Projeto Guaraqueçaba", para propiciar melhoria das condições de vida da população do Município de Guaraqueçaba. Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 137/90, de autoria da Comissão Geral (Mensagem n° 20/90, ex-Proposição n° 17/90), que ratifica o 1° Termo Aditivo firmado em 20.11.89, referente ao convênio celebrado em 20.07.89, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S.A., objetivando o agenciamento do Fundo de Desenvolvimento Urbano. Aprovado.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 34/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 39/90), que ratifica os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado e os municípios que especifica, objetivando implantação e manutenção dos serviços de Assistência Judiciária Gratuita nos referidos municípios; ratifica, ainda, os convênios celebrados entre a Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Universidade Estadual do Norte Pioneiro e Associação Paranaense de Ensino e Cultura - Faculdade de Direito de Umuarama, para iguais objetivos, conforme especifica. Aprovada.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 34/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n. 039/90, visa o referendo aos convênios celebrados em 04 de outubro de 1989, antes, portando da promulgação da atual Constituição Estadual, entre a Estado do Paraná, através da Procuradoria Geral do Estado e os municípios que especifica, objetivando implantação e manutenção dos serviços de assistência judiciária gratuita nos referidos municí-

pios.

Para os mesmo fins são também encaminhados os convênios celebrados em 04 de outubro de 1989, com a Fundação Universidade Estadual de Londrina, Fundação Universidade Estadual de Maringá, Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, Fundação Universidade Norte Pioneiro e Associação Paranaense de Ensino e Cultura - Faculdade de Direito de Umuarama.

A proposição em tela atende ao disposto no Art. 54, XXI, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 48/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 79/90), que ratifica o convênio n. 93/UC, celebrado em 19.03.90, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas da Rodagem (DER) e o Instituto Euvaldo Lodi do Paraná, objetivando a execução do Programa Estágio Curricular. Aprovada.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 048/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 79/90, a Proposição em tela, tem por objetivo ratificar o Convênio n. 93/UC, celebrado em 19.03.90, entre o Estado do Paraná, através do Departamento de Estradas da Rodagem - DER e o Instituto Euvaldo Lodi do Paraná, objetivando a execução do Programa Estágio Curricular.

A ratificação desta, fundamenta-se no art. 54, inciso XXI da Constituição Estadual.

Assim sendo, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE pela sua APROVAÇÃO, ratificando na forma do Projeto de Resolução que em anexo encaminha.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 49/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 80/90), que ratifica os convênios cujas cópias seguem em anexo, já celebrados por motivo de urgência, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da

Segurança Pública e os municípios adiante nominados, objetivando manutenção e reparos de veículos, de instalações e equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Aprovada.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 049/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n. 80/90, visa a ratificação aos convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e os municípios de São Miguel do Iguaçu em 29.12.89, Matelândia - em 29.12.89 e Xambê - 20.02.90, objetivando manutenção e reparos de veículos, de instalação e equipamentos da Polícia Militar.

A proposição em tela atende ao disposto no art. 54, XXI, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 50/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 82/90), que ratifica o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico - CAFE DO PARANÁ, objetivando o repasse de recursos para atender serviços de inspeção sanitária no Paraná, do "Programa Produção Animal - Abatedouros Municipais". Aprovada.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 50/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n. 82/90, visa a ratificação ao convênio celebrado em 31.01.90, entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento e a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico - CAFE DO PARANÁ, objetivando repasse de recursos para atender serviços de Inspeção Sanitária no Paraná, do "Programa Produção Animal - Abatedouros Municipais".

A Proposição em tela atende ao disposto no Art. 54, XXI, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza

constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 51/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 83/90), que ratifica o Termo de Revigoreamento datado de 11.12.89, do convênio de 12.10.88, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o município de Mangueirinha, objetivando a conclusão da construção do edifício da Agência de Rendas. Aprovada.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 51/90

P A R E C E R:

Oriunda da Mensagem Governamental n. 83/90, a presente proposição solicita a ratificação por esta Casa de Leis aos termos de revigoreamento dos convênios celebrados respectivamente em 11 de dezembro de 1989 e 09 de agosto de 1989, onde no primeiro é celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Fazenda e o município de Mangueirinha, objetivando a conclusão da construção do edifício da Agência de Rendas e o outro é celebrado entre o Estado do Paraná, através da SEFA e o município de Dois Vizinhos, objetivando a conclusão da construção do edifício da Agência de Rendas.

Conforme manda a Constituição Estadual em seu art. 54, inciso XXI, é competente privativamente a Assembléia Legislativa para ratificar os convênios que foram efetivados sem sua autorização.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 52/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 84/90), que ratifica os convênios celebrados em 17 de julho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Am-

biente e da SANEPAR e os municípios que especifica, objetivando a implantação de "Sistema de Abastecimento de Água", na forma do Acordo n. 09/89, firmado em 1º de junho de 1989, entre o Estado, através da SEDU e SUDESUL. Aprovada.

COMISSÃO GERAL
PROPOSIÇÃO N° 52/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 84/90, a proposição em tela, visa referendar os convênios celebrados em 17 de julho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da SANEPAR e os municípios constantes da inclusa relação, cujos textos obedeceram a minuta padrão em anexo, objetivando a implantação, nos municípios signatários, de "Sistema de Abastecimento de Água", na forma do acordo n. 09/89, firmado em 1º de junho de 1989, entre o Estado do Paraná, através da SEDU, e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, cuja cópia autêntica também segue em anexo, igualmente para fins de referendo.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO, na forma de projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
CAÍTO QUINTANA
Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 61/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 96/90), que ratifica os convênios já celebrados em 07.03.90 e 10.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e, respectivamente, os municípios de Palotina e de Jandaia do Sul, objetivando reparos de veículos, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar. Aprovada.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 61/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n. 96/90, a proposição em tela, visa ratificar os convênios celebrados em 07.03.90 e 10.04.90, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e, respectivamente, os municípios de Palotina e de Jandaia do Sul, objetivando reparos de veículo, de instalações e de equipamentos da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO, na forma de projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
CAÍTO QUINTANA
Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 63/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 99/90), que ratifica os convênios já celebrados, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com o Ministério da Aeronáutica e os municípios que especifica, objetivando a administração, operação, manutenção e exploração dos respectivos aeroportos. Aprovada.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 63/90

P A R E C E R:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 99/90, a proposição em tela, visa ratificar os convênios celebrados, através da Secretaria de Estado dos Transportes, com o Ministério da Aeronáutica e os Municípios de Loanda, Cianorte, Francisco Beltrão, Arapoti, Jacarezinho e Jaguariaiva, objetivando a administração, operação, manutenção e exploração dos respectivos aeroportos.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma de projeto de resolução em que anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n. 64/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 95/90), que ratifica o convênio celebrado em 09.02.90, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando a participação do BANESTADO S/A, como agente financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano, nas operações de empréstimo e subempréstimo, na implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano/PEDU, previsto no contrato de empréstimo firmado entre o Estado do Paraná e o BIRD, e também os acordos de Cooperação Técnica, celebrados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a interveniência da FA-

MEPAR, e os órgãos que especifica, visando estabelecer entre as partes, compromissos na implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento - PEDU, nos termos do Decreto n. 5.559, de 21.08.89. Aprovada.

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO Nº 064/90

P A R E C E R:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n. 95/90, visa a ratificação ao convênio já celebrado, por motivo de urgência, em 09 de fevereiro de 1990, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando a participação do BANESTADO S/A, como Agente Financeiro do Fundo Estadual do Desenvolvimento Urbano, nas operações de empréstimo e subempréstimo, na implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, previsto no Contrato de Empréstimo n. 3100 - BR firmado entre o Estado do Paraná e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

A proposição em tela atende ao disposto no Art. 54, XXI, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.11.90.

(aa) ANIBAL KHURY

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Eu queria um esclarecimento da Mesa. O Projeto n. 565 do Tribunal de Justiça, consta da Ordem do Dia, na transcrição dos projetos e seus devidos pareceres, no final da Ordem do Dia há um projeto que não consta na súmula dos projetos e, no entanto, ele está na sequência do Projeto do Tribunal de Justiça. É um outro projeto cujo ofício do Tribunal de Justiça é datado de 20.11.90, pelos três artigos do projeto e a sua justificativa.

O que aconteceu? Este projeto já foi aprovado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa a Vossa Excelência que este projeto a que Vossa Excelência se refere será desanexado e vai se converter em projeto à parte?

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Mas,

por que é que ele se encontra aqui?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Engano. Errar é humano.

Sobre a mesa, requerimento de n. 2643, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2622, 2623, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2624, de autoria do Senhor Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2534, de autoria do Senhor Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2625, 2636, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2637, de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2618, de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n.º 2641, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2619, 2620, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n.ºs 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2635, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2642, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2592, de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. Em discussão.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então, peço a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai-se proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. 12 (doze) dos Senhores Deputados aprovam o requerimento e 8 (oito) dos Senhores Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 27, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 494/90.
- 3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 384/89; 172, 360, 372, 391, 473, e

536/90.

e do Projeto de Resolução n. 072/90.

- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 329/85,

e do Projeto de Lei n. 565/90;

e dos Projetos de Resolução de ns. 131/90 a 137/90.

- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns. 463, 464; 546, 548, 570 e 582/90

e dos Projetos de Resolução de ns. 139 a 144/90, 156 e 157/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições de ns. 65/90 a 70/90 e 82, 83/90.

Levanta-se a sessão.